

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do artigo 57º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1 - Miguel Alexandre de Pinho Castro Oliveira, cartão de cidadão n.º 10874480, residente na Rua Serafim Rodrigues Canedo n.º 29, 4º Esq. Tras., 4400-692 Vila Nova de Gaia, na qualidade de representante legal de Miguel Castro Oliveira Unipessoal Lda, n.º. de identificação fiscal 513539204, com sede na Rua Serafim Rodrigues Canedo n.º 29, 4º Esq. Tras., 4400-692 Vila Nova de Gaia, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento público de aquisição de serviços para o evento “Baile Veneziano – Paço de Guela” – Edição 2017” da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, declara, sob compromisso de honra, executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.


2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a. Certidão Não Dívida Segurança Social
- b. Certidão Não Dívida Finanças
- c. Registo Criminal
- d. Certidão Permanente

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b. Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº.433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460º do presente Código.



g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho;

h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i. Não foi condenado por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Ação Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vila Nova de Gaia, 1 de março, 2017.



Miguel Castro Oliveira
Unipessoal, Lda.

NIPC: 513 539 204
A Gerência,

Miguel Castro Oliveira
Unipessoal, Lda.
NIPC: 513 539 204
A Gerência

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)


1 - Miguel Alexandre de Pinho Castro Oliveira, cartão de cidadão n.º 10874480, residente na Rua Serafim Rodrigues Canedo n.º 29, 4.º Esq. Tras., 4400-692 Vila Nova de Gaia, na qualidade de representante legal de Miguel Castro Oliveira Unipessoal Lda, n.º de identificação fiscal 513539204, com sede na Rua Serafim Rodrigues Canedo n.º 29, 4.º Esq. Tras., 4400-692 Vila Nova de Gaia, adjudicatário no procedimento de aquisição de serviços para o evento “Baile Veneziano – Paço de Giela” – Edição 2017” da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, declara, sob compromisso de honra, que:

- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
- d. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- e. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- f. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vila Nova de Gaia, 1 de março, 2017.


Miguel Castro Oliveira
Unipessoal, Lda.
NIPC: 513 539 204
A Gerência,

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA

Miguel Castro Oliveira Unipessoal Lda, com sede na Rua Serafim Rodrigues Canedo nº 29, 4º Esq. Tras., 4400-692 Vila Nova de Gaia, pessoa coletiva 513539204, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, com o capital social de 1.000,00€, representada por Miguel Alexandre de Pinho Castro Oliveira, casado, empresário, residente na Rua Serafim Rodrigues Canedo nº 29, 4º Esq. Tras., 4400-692 Vila Nova de Gaia, tendo tomado perfeito conhecimento do programa e do caderno de encargos do concurso aquisição de serviços para o evento "Baile Veneziano – Paço de Guela" – Edição 2017", propõe-se executar em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas, pelo preço de 11.775,00€ (onze mil e setecentos e setenta e cinco mil euros) não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

À quantia supramencionada incidirá o IVA à taxa legal em vigor.

Vila Nova de Gaia, 1 de março, 2017.



Miguel Castro Oliveira
Unipessoal, Lda
NIPC: 513 539 204
A Gerência,